

# A Participação Política da Juventude em Portugal

Um retrato comparativo  
e longitudinal, 2002-2019

Pedro Magalhães



FUNDAÇÃO  
CALOUSTE GULBENKIAN



# **A Participação Política da Juventude em Portugal**

**Um retrato comparativo e longitudinal, 2002-2019**

Relatório produzido por:  
Pedro Magalhães

## Índice

|  |    |
|--|----|
| Sumário executivo  | 3  |
| 1.Introdução   | 4  |
| 2. A participação dos jovens portugueses no contexto europeu | 6  |
| 2.1.Participação “convencional”                              | 6  |
| 2.2.Participação “não-convencional”                          | 11 |
| 3. A idade como fator explicativo da participação política   | 19 |
| 3.1. A participação eleitoral                                | 20 |
| 3.2. Os contactos com políticos                              | 23 |
| 3.3. Trabalho para partidos ou movimentos cívicos            | 24 |
| 3.4. Boicote a produtos                                      | 26 |
| 3.5. Assinar petições  | 27 |
| 3.6. Participar numa manifestação                            | 28 |
| 4. Notas conclusivas   | 30 |
| Referências  | 32 |

## Lista de Figuras

|  |    |
|--|----|
| Figura 1. Percentagens de inquiridos que afirmam ter votado nas últimas eleições, no escalão etário 18-24, nos países ESS15 (2002-2019)  | 7  |
| Figura 2. Inquiridos que afirmam ter votado nas últimas eleições (%), por escalão etário, em Portugal e na média ponderada de 15 países europeus (2002-2019)   | 8  |
| Figura 3. Inquiridos que afirmam ter contactado um político ou representante local ou nacional no último ano (%), no escalão etário 15-24, nos países ESS15 (2002-2019)                                  | 9  |
| Figura 4. Inquiridos que afirmam ter contactado um político ou representante local ou nacional no último ano (%), por escalão etário, em Portugal e na média ponderada de 15 países europeus (2002-2019) | 10 |
| Figura 5. Inquiridos que afirmam ter trabalhado para um partido ou movimento cívico no último ano (%), no escalão etário 15-24, nos países ESS15   | 11 |
| Figura 6. Inquiridos que afirmam ter trabalhado para um partido político ou para um movimento cívico no último ano, por escalão etário (%), em Portugal e na média ponderada de 15 países europeus.      | 11 |
| Figura 7. Inquiridos que afirmam ter boicotado um produto no último ano (%), no escalão etário 15-24, nos países ESS15.  | 13 |
| Figura 8. Inquiridos que afirmam ter boicotado determinados produtos no último ano (%), por escalão etário, em Portugal e na média ponderada de 15 países europeus (2002-2019)                           | 13 |
| Figura 9. Inquiridos que afirmam ter assinado uma petição no último ano (%), no escalão etário 15-24, nos países ESS15 (2002-2019)   | 14 |
| Figura 10. Inquiridos que afirmam ter assinado uma petição (%), por escalão etário, em Portugal e na média ponderada de 15 países europeus (2002-2019)   | 15 |
| Figura 11. Inquiridos que afirmam ter participado numa manifestação (%), no escalão etário 15-24, nos países ESS15 (2002-2019)   | 16 |

|   |    |
|---|----|
| Figura 12. Inquiridos que afirmam ter participado numa manifestação (%), por escalão etário, em Portugal e na média ponderada de 15 países europeus (2002-2019)                           | 17 |
| Figura 13. Inquiridos jovens que afirmam ter recorrido a cada forma de participação política (%), em Portugal e na média ponderada de 15 países europeus.                                 | 18 |
| Figura 14. Relação entre idade, anos de escolaridade, posicionamento esquerda-direita e ano de realização do inquérito com o voto nas últimas eleições (2002-2019)                        | 21 |
| Figura 15. Interação entre idade e ano do inquérito na explicação da probabilidade de ter votado nas últimas eleições   | 22 |
| Figura 16. Relação entre idade, anos de escolaridade, posicionamento esquerda-direita e ano de realização do inquérito com o contacto com políticos ou representantes locais ou nacionais | 23 |
| Figura 17. Interação entre idade e ano do inquérito na explicação da probabilidade de ter contactado com políticos ou representantes locais ou nacionais.                                 | 24 |
| Figura 18. Relação entre idade, anos de escolaridade, posicionamento esquerda-direita e ano de realização do inquérito com o trabalho para um partido político ou movimento cívico.       | 25 |
| Figura 19. Relação entre idade, anos de escolaridade, posicionamento esquerda-direita e ano de realização do inquérito com o boicote de determinados produtos                             | 26 |
| Figura 20. Relação entre idade, anos de escolaridade, posicionamento esquerda-direita e ano de realização do inquérito com a assinatura de petições                                       | 27 |
| Figura 21. Interação entre idade e ano do inquérito na explicação da probabilidade de ter assinado uma petição  | 28 |
| Figura 22. Relação entre idade, anos de escolaridade, posicionamento esquerda-direita e ano de realização do inquérito com a participação em manifestações                                | 29 |
| Figura 23. Interação entre idade e posicionamento esquerda-direita na explicação da probabilidade de ter participado numa manifestação  | 30 |

# Sumário executivo

– Este relatório baseia-se nos dados do *European Social Survey* (ESS), um inquérito bienal realizado em toda a Europa a amostras representativas das populações nacionais com 15 ou mais anos. Portugal faz parte do ESS desde a sua fundação, em 2002. Em todas as nove vagas realizadas até ao momento, os inquiridos foram questionados sobre se votaram nas eleições mais recentes e se utilizaram diferentes formas de participação política no último ano. O estudo concentra-se na análise dessas variáveis, especialmente da sua relação com a idade dos inquiridos.

– Nos últimos 20 anos, os jovens portugueses — definidos aqui como os inquiridos com idades entre os 15 e os 24 anos — participaram politicamente menos do que a maioria dos seus congéneres europeus sobre os quais temos informação mais completa.

– Essa menor propensão comparativa para participar na política foi especialmente visível no que diz respeito ao voto, mas verificou-se também em três formas “não-convencionais” de participação: o boicote a produtos por razões políticas, a assinatura de petições e a participação em manifestações. Na sua participação “não-convencional”, a juventude portuguesa assemelhou-se mais aos jovens dos países da Europa de Leste do que aos da Europa Ocidental.

– Contudo, há dois aspetos em que este diagnóstico pode ser mitigado. Por um lado, há modos de participação onde a diferença entre os jovens portugueses e a média dos seus congéneres europeus é muito reduzida, especialmente no que toca a duas formas “convencionais”: o contacto com políticos e o trabalho em partidos ou movimentos cívicos. Por outro lado, há uma forma de participação em que os valores para os jovens portugueses convergiram totalmente com a média europeia nos últimos anos: a assinatura de petições.

– Os jovens portugueses com capacidade eleitoral (18-24 anos) votaram muito menos que os seus concidadãos mais velhos. Esta forte relação negativa entre a idade e a participação eleitoral confirma-se, mesmo quando tomamos em conta a relação entre outros atributos dos indivíduos e o voto, tais como a educação, o rendimento ou o posicionamento ideológico.

– A relação entre a idade e o exercício de outras formas de participação política foi menos forte. Os jovens portugueses recorreram menos que os seus concidadãos mais velhos aos contactos diretos com políticos. Contudo, no que toca às manifestações, ao trabalho para partidos e movimentos cívicos, à assinatura de petições ou ao boicote a produtos por razões políticas, não são os mais jovens aqueles que menos participam em Portugal. Em todos estes casos, as diferenças entre idades são muito pouco expressivas, e a variável mais decisiva foi, sim, o nível de instrução dos inquiridos.

– Ao longo dos últimos 20 anos, e particularmente na última década, a participação política dos portugueses aumentou. A única exceção foi o recurso ao voto, que

diminuiu. Esse aumento generalizado das restantes formas de participação política foi particularmente expressivo na assinatura de petições e no estabelecimento de contactos diretos com agentes políticos, mas ocorreu também, de forma menos acentuada, noutros casos.

– Na maior parte das formas de participação analisadas, os jovens seguiram as tendências gerais do resto da população. Há apenas duas exceções. Por um lado, enquanto a participação eleitoral baixou para outros grupos etários — particularmente entre os 60 e os 80 anos —, ela manteve-se estável, a níveis baixos, para os mais jovens. Por outro lado, o aumento na assinatura de petições verificou-se com especial intensidade entre os mais jovens.

## 1. Introdução

Os jovens portugueses participam politicamente mais ou menos que os jovens de outros países situados na nossa área geocultural? Como se compara a participação política dos jovens portugueses com a dos seus concidadãos mais velhos? E como tem evoluído ao longo do tempo? Estas são as perguntas a que este relatório procura dar resposta.

Estudos anteriores sobre as mesmas questões apontam para três ideias centrais:

- Os jovens portugueses participam menos na política que a maior parte dos seus congéneres europeus. Isto aplica-se a todas as principais formas de participação política, sejam as ditas “convencionais” ou “institucionais” — dirigidas às instituições da democracia representativa —, sejam as “não-convencionais” — como, por exemplo, a assinatura de petições, boicotes a produtos por razões políticas ou participação em manifestações e protestos (Sloam 2016).
- Em Portugal, pelo menos no que diz respeito à participação não-eleitoral (Magalhães e Sanz Moral, 2008; Fernandes-Jesus *et al.*, 2015; Ferreira *et al.*, 2017), os jovens não participam menos do que o resto da população. Sloane (2016) mostra mesmo que, no que toca à participação dita “não-convencional”, o rácio entre as taxas de participação dos mais jovens e dos mais velhos é superior a 1, e Portugal é mesmo um dos países onde esse rácio é mais elevado. Por outras palavras, o que nos distingue de um ponto de vista comparativo, mais ainda do que a baixa participação dos jovens, é a baixa participação dos adultos, de um ponto de vista comparativo.
- A tendência evolutiva da participação política dos jovens não é inteiramente clara, variando de acordo com as fontes e as janelas temporais utilizadas. Fernandes-Jesus *et al.* (2015) apontam para “índices estáveis de participação (...) nem grandes oscilações ao longo do tempo” entre 2002 e 2010 (2015: 71). Contudo, Ferreira *et al.* (2017) apontam para uma “muito substancial diminuição em todas as dimensões” de participação entre 2007 e 2015, que é, de resto, “transversal a toda a sociedade portuguesa” (2017: 143).

Chegados ao fim da segunda década do século, é possível visitar e aprofundar estes diagnósticos comparativos e evolutivos. Optou-se neste relatório por recorrer a uma única fonte, o *European Social Survey* (ESS), nomeadamente a base cumulativa que contém todos os microdados dos inquéritos realizados desde 2002 em países onde mais do que um inquérito foi conduzido (European Social Survey Cumulative File 2020). O ESS é um inquérito internacional realizado de dois em dois anos junto de amostras representativas das populações com 15 ou mais anos em muitos países europeus. A opção por esta única fonte de informação baseia-se em três considerações principais. Em primeiro lugar, a frequência com que estes inquéritos são conduzidos, cobrindo, para o caso português, nove inquéritos realizados entre os anos de 2002 e 2019. Em segundo lugar, a superior qualidade dos dados, dado o recurso a inquéritos face-a-face e a amostras probabilísticas com taxas de resposta superiores ou iguais a 70%. E, finalmente, o facto de este inquérito utilizar instrumentos que permitem uma alta comparabilidade do longo do tempo e entre países.

Neste relatório, a análise concentra-se em seis modos concretos de participação política: o voto em eleições; o contacto com políticos; o trabalho para partidos políticos ou movimentos cívicos; o boicote ao consumo de produtos por razões políticas; a assinatura de petições; e a participação em protestos e manifestações. Estes diferentes modos de participar na política cobrem várias distinções, que os estudos sobre o tema têm apontado como sendo importantes:

- Algumas são formas “convencionais” (Dalton, 2008) (ou “institucionais” — Barnes & Kaase, 1979; Theocharis & Van Deth, 2018) de participação política, ou seja, são dirigidas às elites políticas (Inglehart & Catterberg, 2002) e estão enquadradas nas instituições da democracia representativa (Teorell, Torcal & Montero, 2007): o processo eleitoral, os partidos e os políticos eleitos. Incluem-se aqui o voto, o contacto com políticos e o trabalho para partidos políticos.
- Outras são formas “não-convencionais” (Dalton, 2008) (ou “extra-institucionais” — Barnes & Kaase, 1979) de participação, que se realizam à margem ou mesmo em “desafio” em relação às elites políticas (Inglehart & Catterberg, 2002) e aos processos representativos (Teorell, Torcal & Montero, 2007). Incluem-se aqui o boicote ao consumo de produtos por razões políticas, a assinatura de petições e a participação em protestos e manifestações.
- Enquanto algumas destas formas de participação são “individuais”, outras são “coletivas” (Ekman & Amnå, 2012). Por outras palavras, umas podem ser desenvolvidas individualmente sem colaboração ou ação conjunta com outros indivíduos, tais como votar, contactar políticos, boicotar produtos ou assinar petições. Outras, contudo, requerem a colaboração direta com outros, tais como trabalhar em organizações políticas ou participar em protestos.

Este relatório está dividido em duas grandes partes. Na primeira, que se segue imediatamente a esta introdução, faremos o retrato comparativo dos jovens

portugueses com os seus congéneres europeus. Olhando para a informação disponível sobre as últimas duas décadas, confirma-se o retrato de relativa inércia política dos jovens portugueses em relação aos outros jovens europeus? Em todos os tipos de participação política, ou apenas em alguns? Na segunda parte, analisaremos em que medida a idade dos indivíduos é um fator determinante — entre outros— da participação política em Portugal. A relação entre a idade e a propensão para participar deve-se fundamentalmente à posição dos indivíduos no ciclo de vida, ou é função de outras variáveis com os quais a idade possa estar correlacionada (a instrução, o rendimento ou a conjugalidade, por exemplo)? E como evoluiu a participação dos portugueses em geral, e dos jovens em particular, ao longo do tempo?

## **2. A participação dos jovens portugueses no contexto europeu**

Desde 2002, quinze países europeus participaram em todas as nove vagas do ESS realizadas até ao momento: Alemanha, Bélgica, Eslovénia, Espanha, Finlândia, França, Hungria, Irlanda, Noruega, Países Baixos, Polónia, Reino Unido, Suécia, Suíça e Portugal. Isto permite comparar sistematicamente as taxas de participação política dos jovens portugueses, para todas as vagas do ESS, com as dos jovens de todos estes países (um conjunto de países que, a partir daqui, designaremos por ESS15).

### **2.1. Participação “convencional”**

Por participação “convencional” entendemos aquelas atividades que têm como objetivo influenciar a tomada de decisões políticas e que estão enquadradas nas instituições da democracia representativa. No ESS, estas questões são colocadas a todos os inquiridos desde 2002:

*“Há várias ações que se podem desenvolver para melhorar as coisas em Portugal ou para evitar que corram mal. Durante os últimos 12 meses, fez alguma das seguintes coisas?”*

*Contactou um político, um representante do governo central ou um representante do poder local?*

*Trabalhou para um partido político ou para um movimento cívico?”*

As opções de resposta são “Sim” ou “Não”.

Para além disso, o inquérito coloca também uma questão sobre o voto em eleições legislativas:

*Por uma razão ou por outra, atualmente muitas pessoas não votam.*

*O(a) Sr.(a) votou nas últimas eleições para a Assembleia da República?”*

Neste caso, as opções de resposta incluem “Sim”, “Não” e “Não era eleitor/Não estava recenseado”, permitindo isolar a proporção daqueles que respondem “Sim” entre os

que eram cidadãos com direito de voto à data da eleição.

A Figura 1 apresenta as proporções de inquiridos que declararam ter votado nas últimas eleições legislativas, entre aqueles cuja idade estava entre os 18 e os 24 anos de idade e que tinham direito de voto à data das eleições mais recentes. Cada ponto representa a proporção daqueles que, em cada inquérito e em cada país, disseram ter votado nas últimas eleições, e cada linha horizontal representa a média das nove vagas para cada país.

Em média, 47% dos jovens portugueses afirmaram ter votado nas eleições mais recentes ao longo das nove vagas do ESS. Só na Irlanda, no Reino Unido, na Suíça e em França a proporção dos jovens que afirmou ter votado nas últimas eleições é inferior à encontrada em Portugal.

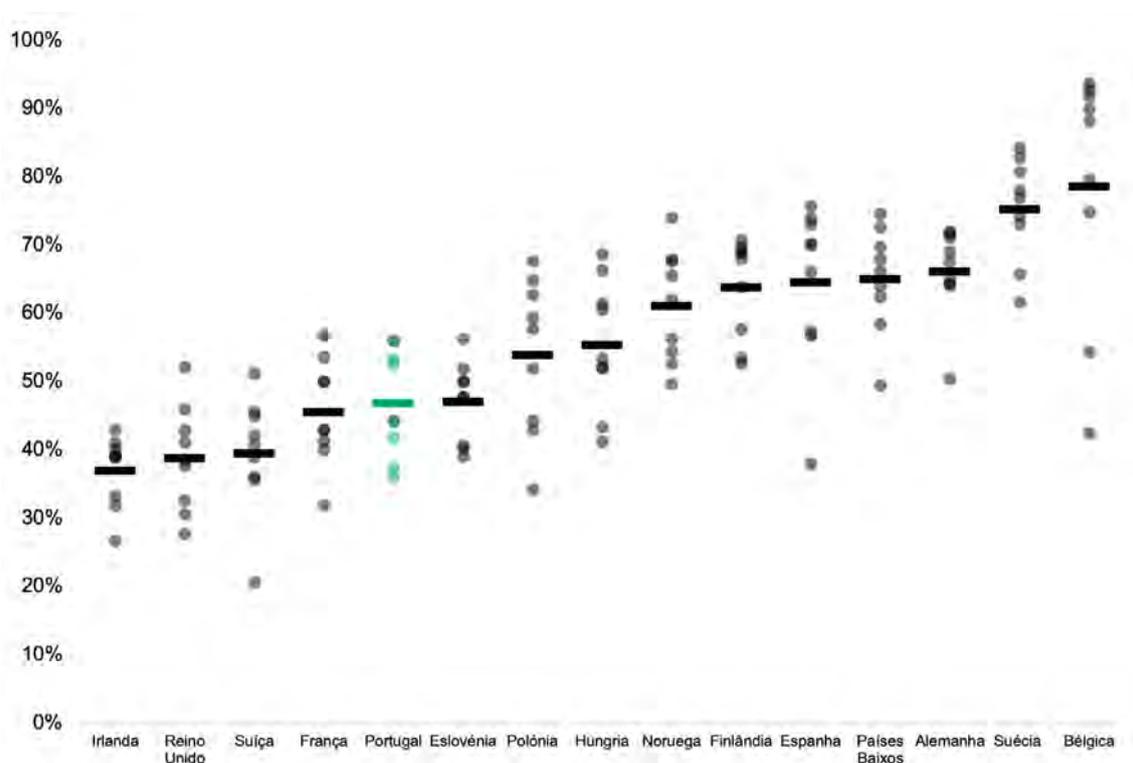


Figura 1. Percentagens de inquiridos que afirmam ter votado nas últimas eleições, no escalão etário 18-24, nos países ESS15 (2002-2019)

A Figura 2 sugere que a propensão comparativamente baixa dos jovens portugueses para participarem eleitoralmente não é partilhada pelos outros escalões etários. Nos escalões imediatamente a seguir, entre os 25 e os 34 anos de idade, ou com mais de 34 anos, a propensão dos portugueses para votarem em eleições legislativas não foi significativamente diferente da encontrada na média ponderada dos países ESS15

ao longo do mesmo período.<sup>1</sup> Independentemente disso, seja em Portugal seja na média europeia, parece haver uma relação entre a idade e a participação eleitoral: essa participação é tanto maior quanto mais se avança na idade. Analisaremos este fenómeno com mais detalhe na terceira secção deste relatório.

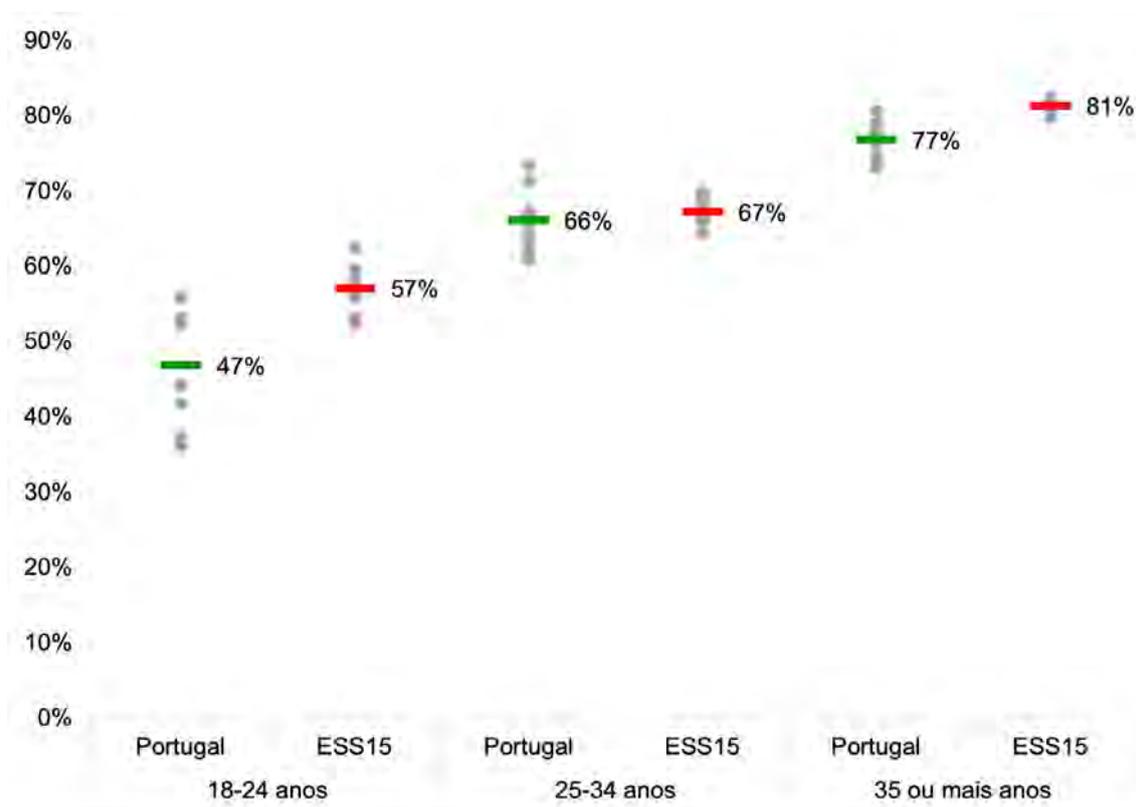


Figura 2. Inquiridos que afirmam ter votado nas últimas eleições (%), por escalão etário, em Portugal e na média ponderada de 15 países europeus (2002-2019)

Na Figura 3, aborda-se outra forma de participação dita convencional: o estabelecimento de contacto com políticos, representantes do governo central ou do poder local, olhando desta vez para o grupo mais alargado dos indivíduos com idades entre os 15 e os 24 anos. Primeiro, note-se como são muito inferiores estas proporções em comparação com as declaradas para o uso do voto. Segundo, verifica-se aqui um fenómeno distinto do que sucede com o voto: os jovens portugueses (7%) não se distinguem por exibirem taxas de participação muito inferiores às encontradas nos restantes países europeus, com a exceção da Noruega, Irlanda e Suécia (com valores superiores a 10%, em média).

<sup>1</sup> Esta média ponderada europeia tem um peso em cada país, de acordo com o peso que a sua população com 15 ou mais anos tem no total dessa população neste conjunto de países à data do inquérito. Esses pesos mudaram ao longo do tempo, atingindo os seguintes valores mínimos e máximos: Bélgica (2,9%); Suíça (2,0-2,2%); Alemanha (23,6%-22,1%); Espanha (11,8%-12,3%); Finlândia (1,4%); França (16,3%-16,9%); Reino Unido (16,1%-16,8%); Hungria (2,7%-2,6%); Irlanda (1,0%-1,1%); Holanda (4,4%-4,5%); Noruega (1,2%-1,3%); Polónia (10,6%-10,0%); Portugal (2,8%-2,7%); Suécia (2,4%-2,6%); Eslovénia (0,6%-0,5%).

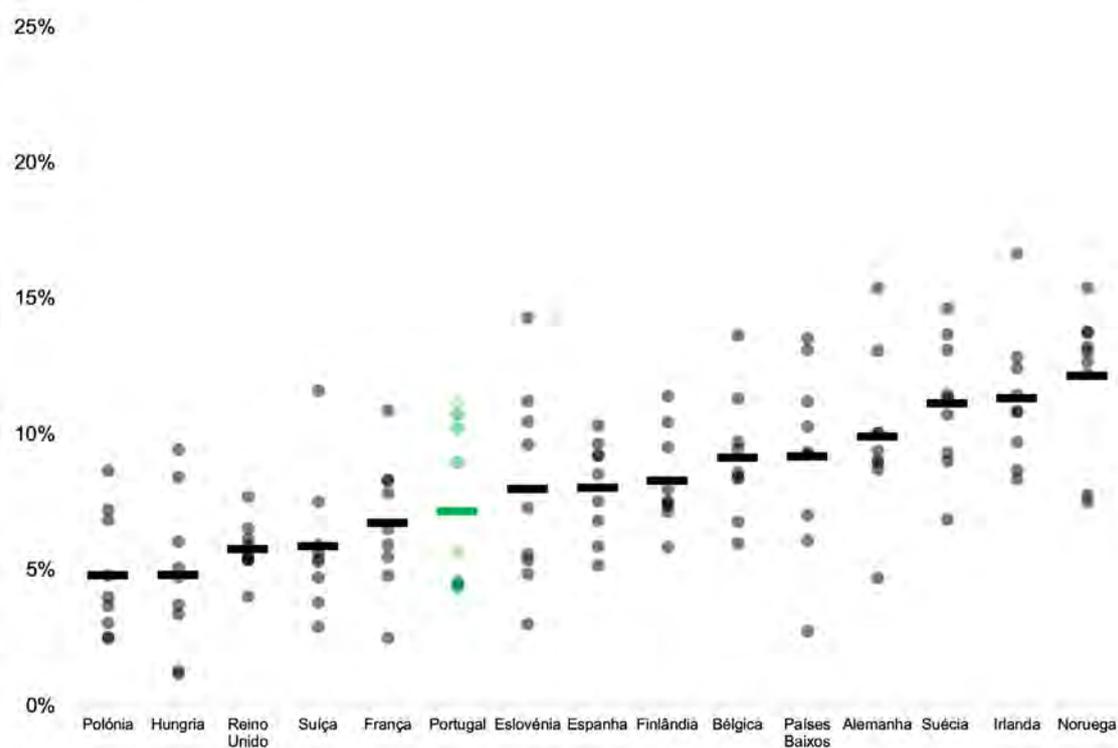


Figura 3. Inquiridos que afirmam ter contactado um político ou representante local ou nacional no último ano (%), no escalão etário 15-24, nos países ESS15 (2002-2019)

A mesma ideia é confirmada na Figura 4, que compara diferentes grupos etários com a média ponderada ESS15. Só entre os cidadãos com 35 ou mais anos surge uma diferença maior entre os portugueses e a média europeia, mas mesmo assim reduzida, de 12% para 16%.

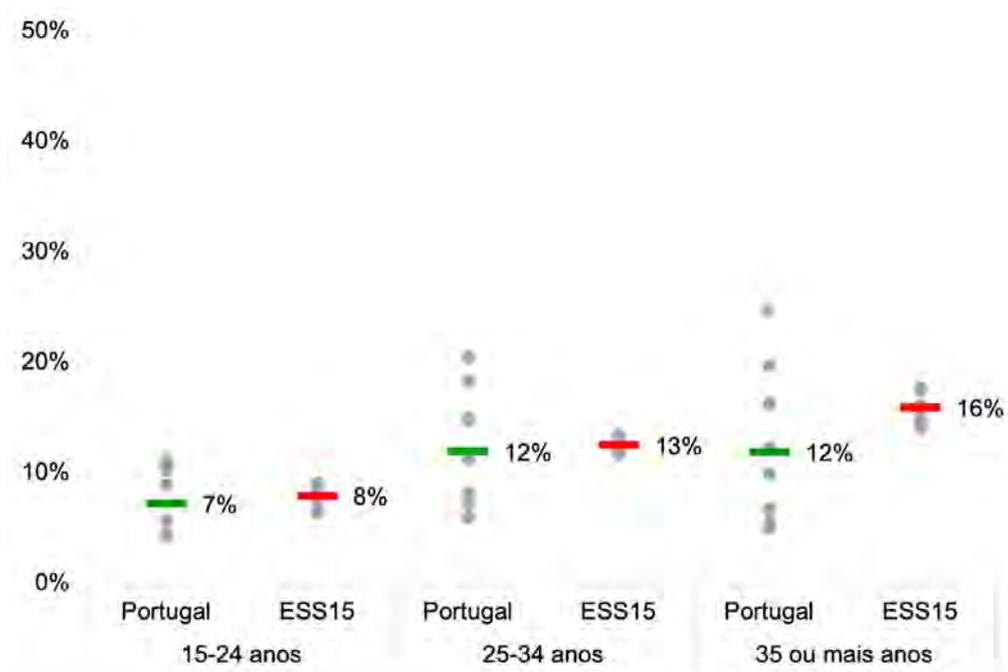


Figura 4. Inquiridos que afirmam ter contactado um político ou representante local ou nacional no último ano (%), por escalão etário, em Portugal e na média ponderada de 15 países europeus (2002-2019)

Finalmente, é possível abordar uma terceira forma de participação convencional: o trabalho para partidos políticos ou movimentos cívicos. A formulação utilizada na pergunta não é ideal — e será, de resto, objeto de alteração na Vaga 10 do ESS —, dado colapsar numa única questão duas formas de participação potencialmente distintas, uma ligada claramente às instituições convencionais da democracia representativa — os partidos políticos — e outra não. Contudo, nem isso consegue evitar que os valores sejam extremamente baixos: a Figura 5 mostra um mínimo de 1% no período para a Hungria e um máximo de 7% para a Noruega. Os jovens portugueses encontram-se numa posição intermédia em relação aos seus congéneres europeus, com uma média de 3%. Isso mesmo é confirmado na Figura 6, onde os três escalões etários, em Portugal, mostram valores idênticos às (baixas) médias encontradas nestes 15 países europeus.

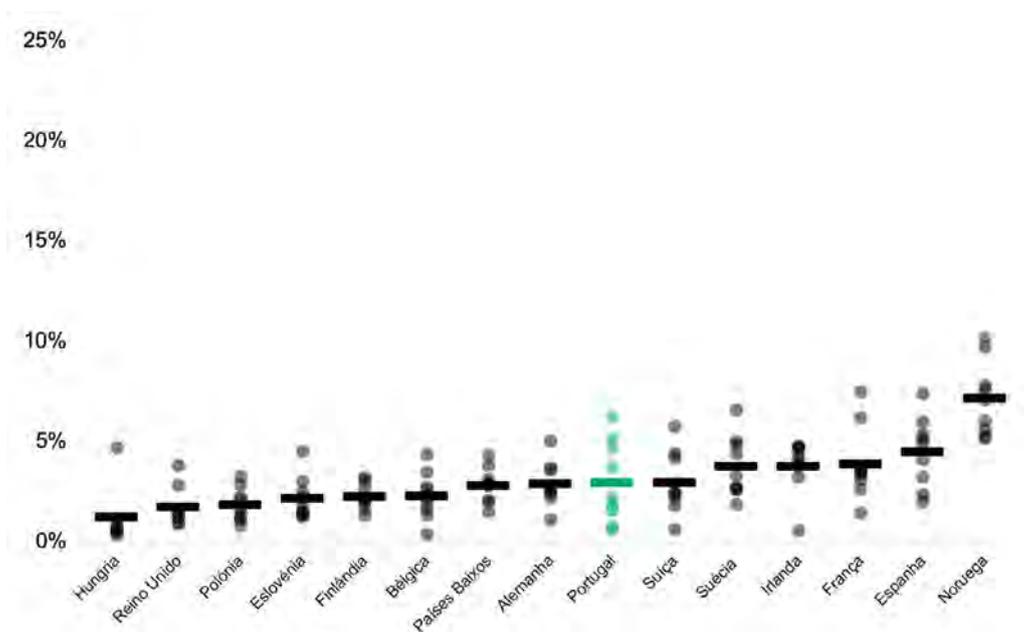


Figura 5. Inquiridos que afirmam ter trabalhado para um partido ou movimento cívico no último ano (%), no escalão etário 15-24, nos países ESS15

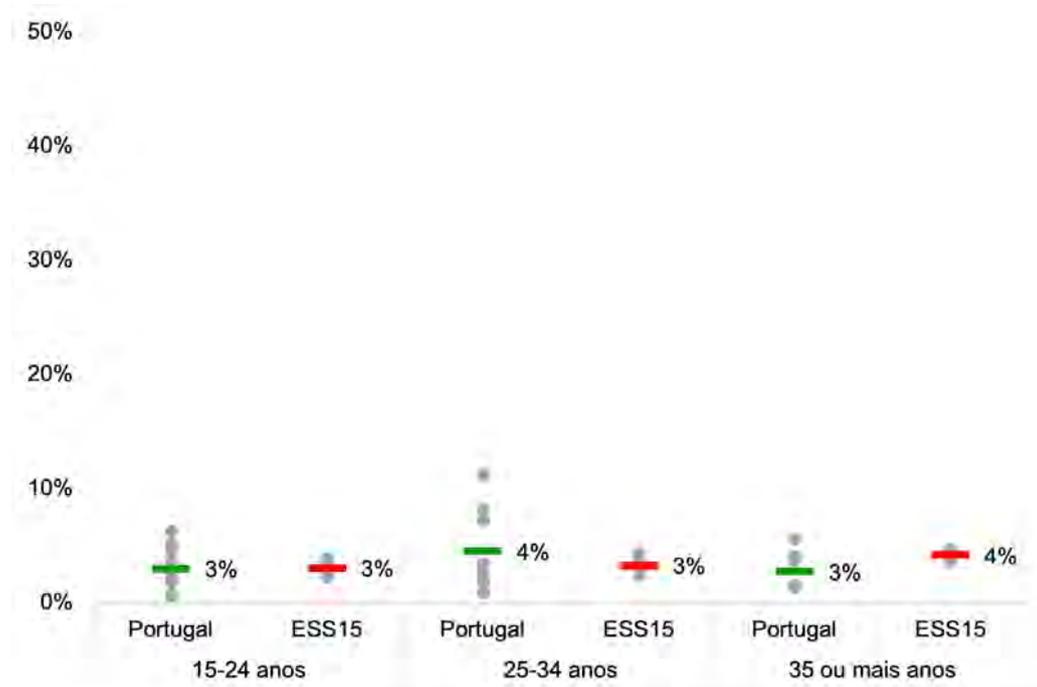


Figura 6. Inquiridos que afirmam ter trabalhado para um partido político ou para um movimento cívico no último ano, por escalão etário (%), em Portugal e na média ponderada de 15 países europeus

Em suma, os dados apontam para que, ao longo das duas primeiras décadas do século, os jovens portugueses se distingam quer em relação aos seus congéneres europeus, quer em relação aos seus concidadãos mais velhos por terem recorrido menos à participação eleitoral. Contudo, nas outras duas formas convencionais de participação analisadas, os padrões são diferentes. Por um lado, verifica-se que os jovens portugueses são menos propensos a recorrer ao estabelecimento de contactos com políticos ou representantes do que os seus concidadãos mais velhos, mas que esse padrão é semelhante, em termos absolutos e relativos, ao que se encontra entre os jovens na maioria dos restantes países europeus. Por outro lado, no que toca ao recurso muito baixo ao trabalho em organizações de cariz político, os jovens portugueses não se distinguem nem dos seus congéneres europeus, nem dos seus concidadãos mais velhos.

## **2.2. Participação “não-convencional”**

No ESS, são também colocadas questões sobre participação política “não-convencional”:

*“Há várias ações que se podem desenvolver para melhorar as coisas em Portugal ou para evitar que corram mal. Durante os últimos 12 meses, fez alguma das seguintes coisas?”*

*Boicotou determinados produtos?*

*Assinou uma petição?*

*Participou numa manifestação?*

As opções de resposta são também “Sim” ou “Não”. A Figura 7 aborda um primeiro tipo de participação não-convencional: o boicote a produtos por razões sociais ou políticas. As variações entre países são importantes, maiores do que as encontradas para as anteriores formas de participação convencional não-eleitoral. Os jovens portugueses destacam-se por serem dos que menos recorrem a esta forma de participação. Só na Hungria encontramos valores inferiores. Contudo, como se pode verificar na Figura 8, isso não é uma característica singular dos portugueses jovens, sendo também comum a outros escalões etários. Na verdade, em comparação com as médias dos ESS15, este ato de participação não parece fazer parte relevante do repertório de ação política dos portugueses, seja qual for o escalão etário a que pertençam, aproximando-nos mais dos países do Leste do que do resto da Europa.

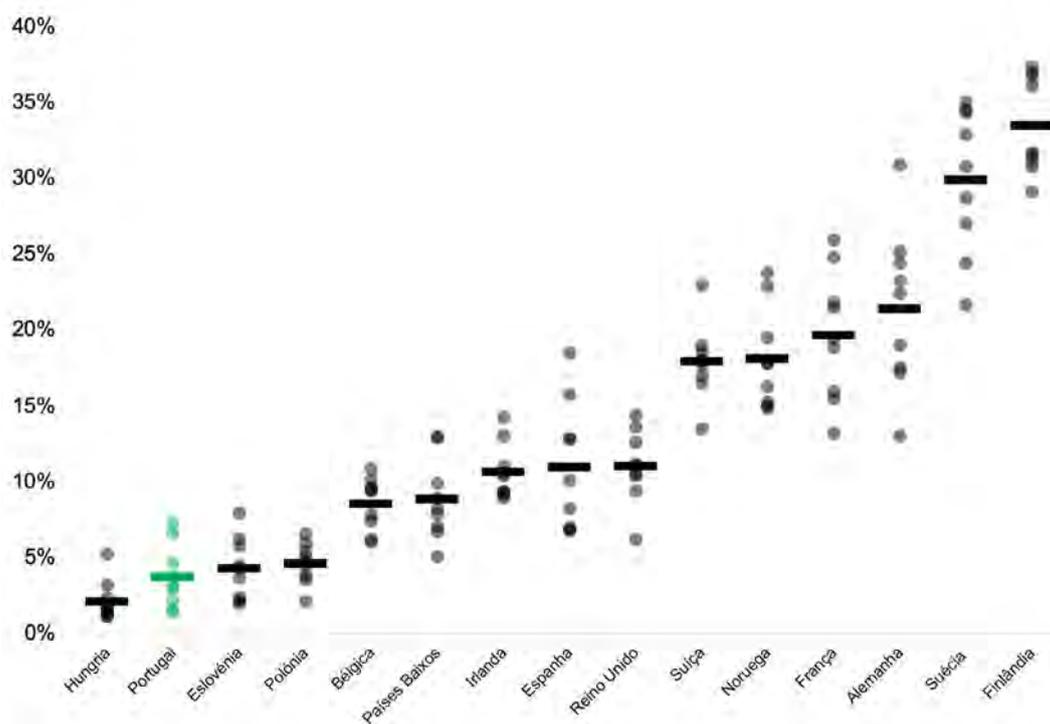


Figura 7. Inquiridos que afirmam ter boicotado um produto no último ano (%), no escalão etário 15-24, nos países ESS15

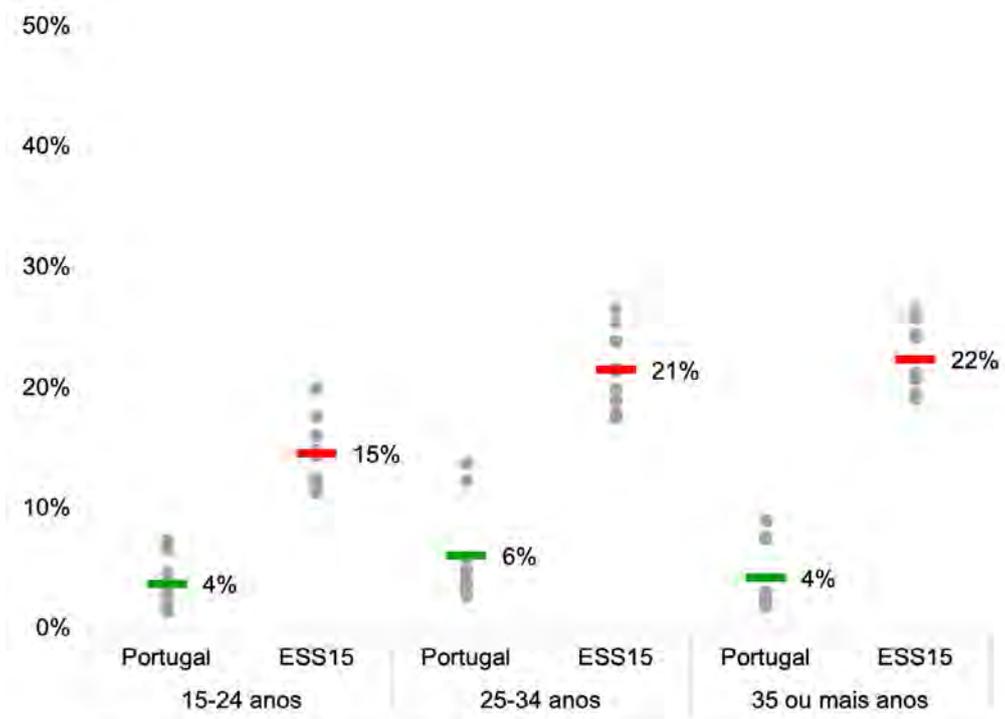


Figura 8. Inquiridos que afirmam ter boicotado determinados produtos no último ano (%), por escalão etário, em Portugal e na média ponderada de 15 países europeus (2002-2019)

Outra forma não convencional de participação é a assinatura de petições. Em Portugal, na média nas nove vagas do ESS desde 2002, cerca de 14% dos jovens com idades entre os 15 e os 24 anos declararam ter assinado uma petição no ano anterior. Mas aqui, mais uma vez, e como se pode ver na Figura 9, juntamo-nos aos países do Leste Europeu no que toca ao comparativamente baixo recurso a esta forma de participação política, em contraste com os países Nórdicos e o Reino Unido, onde mais de um em cada três jovens afirma ter assinado uma petição no último ano.

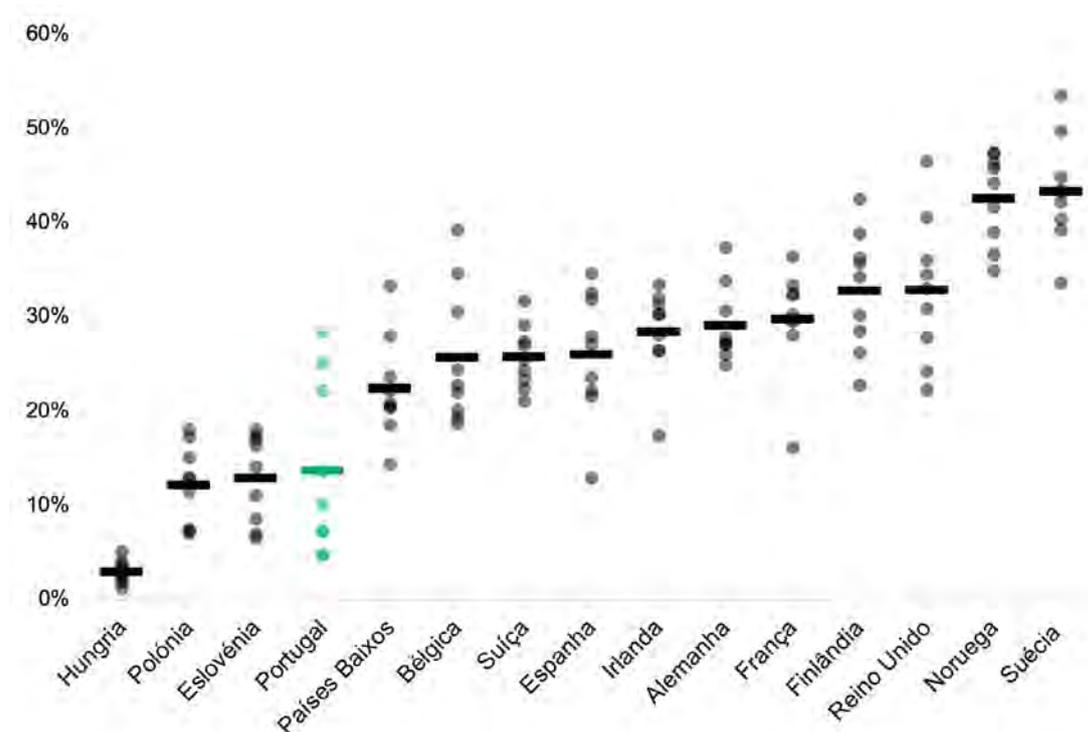


Figura 9. Inquiridos que afirmam ter assinado uma petição no último ano (%), no escalão etário 15-24, nos países ESS15 (2002-2019)

Como mostra a Figura 10, o reduzido peso desta forma de participação em Portugal não é, mais uma vez, uma especificidade dos jovens. Seja qual for o escalão etário, a proporção de portugueses que afirma ter assinado uma petição no ano transato é muito inferior à média dos países ESS15.

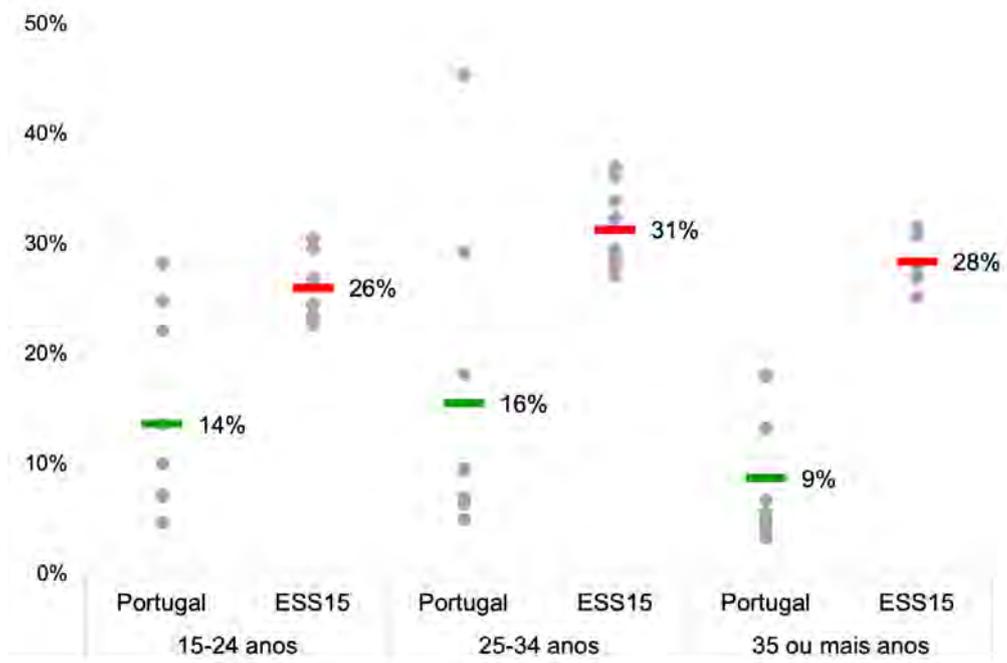


Figura 10. Inquiridos que afirmam ter assinado uma petição (%), por escalão etário, em Portugal e na média ponderada de 15 países europeus (2002-2019)

O último modo de participar politicamente que se analisa aqui é a participação em manifestações e protestos. Em média, 8% dos jovens portugueses afirmam ter recorrido a essa forma de participação neste período. É um valor que coloca os jovens portugueses numa posição intermédia entre os 15 países europeus analisados, longe dos valores muito baixos dos países do Leste Europeu (e no Reino Unido), mas também dos valores muito mais altos encontrados em França e Espanha, países onde o recurso ao protesto é uma componente tradicional do repertório de ação política.

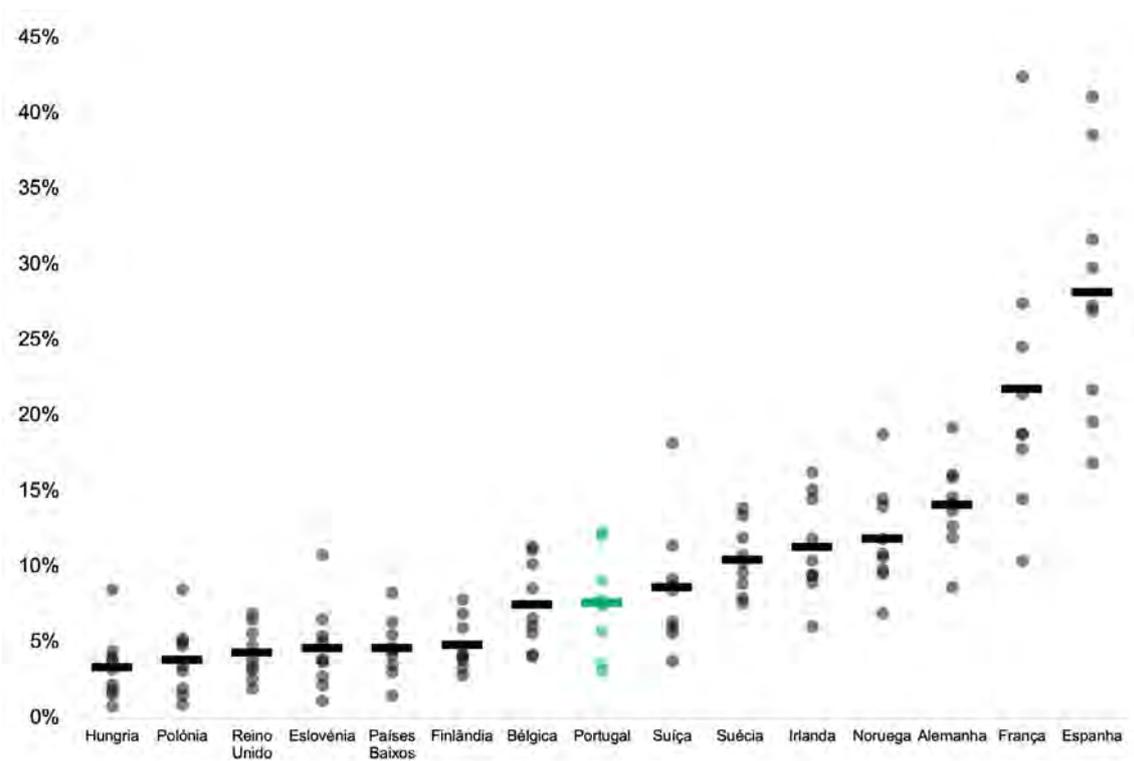


Figura 11. Inquiridos que afirmam ter participado numa manifestação (%), no escalão etário 15-24, nos países ESS15 (2002-2019)

Como se pode ver na Figura 12, na comparação com a média ponderada europeia, não são apenas os jovens portugueses que exibem uma propensão inferior para se manifestarem: são também os restantes escalões etários. Contudo, importa não esquecer que estas médias ponderadas europeias são mais elevadas devido à comparativamente alta propensão dos cidadãos de vários países de dimensão populacional — Espanha, França e Alemanha — para recorrerem ao protesto.

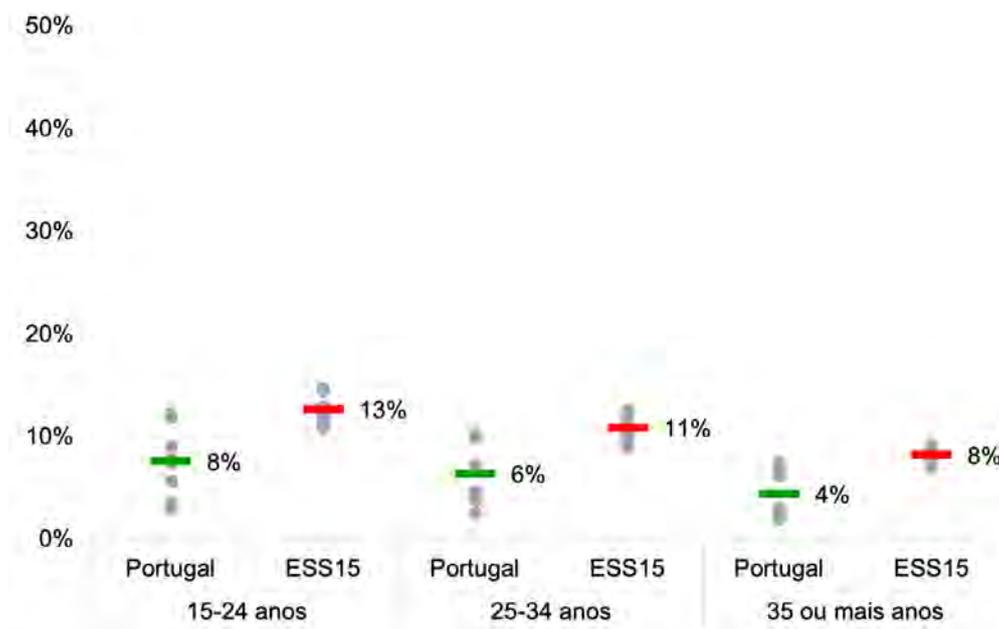


Figura 12. Inquiridos que afirmam ter participado numa manifestação (%), por escalão etário, em Portugal e na média ponderada de 15 países europeus (2002-2019)

Em suma, os jovens portugueses têm recorrido a estas três formas de participação não-convencional com menos intensidade que a maior parte dos seus congéneres europeus. Contudo, a forma como temos apresentado os dados até ao momento — médias para o período de 2002-2019 — pode ocultar variações ao longo do tempo. A Figura 13 mostra a forma como evoluiu a proporção dos jovens portugueses que declaram ter recorrido a cada uma das seis formas de participação analisadas ao longo das nove vagas do ESS (2002 a 2019), comparando com a mesma evolução da média ponderada dos países ESS15.

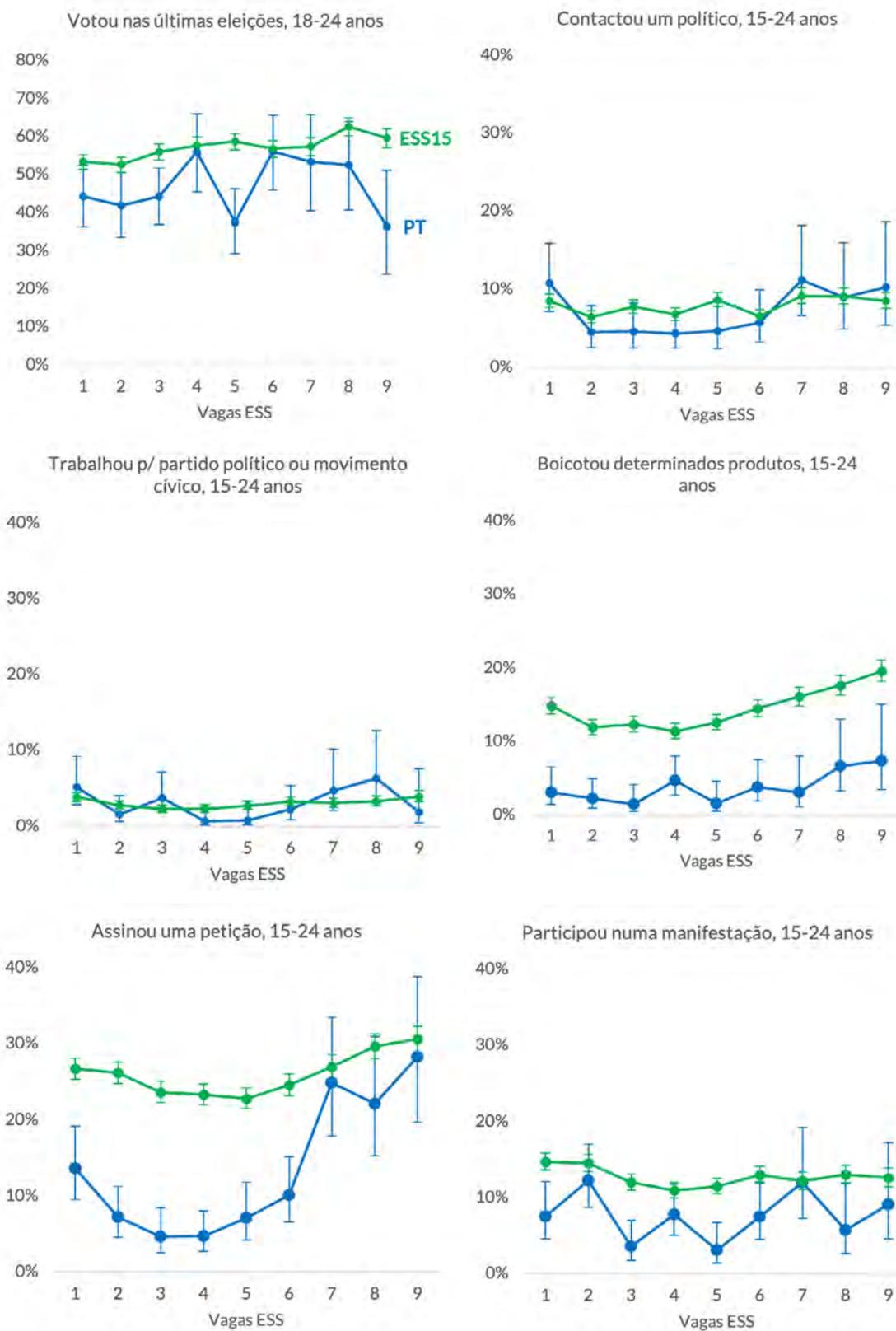


Figura 13. Inquiridos jovens que afirmam ter recorrido a cada forma de participação política (%), em Portugal e na média ponderada de 15 países europeus

Apesar de confirmarem alguns dos diagnósticos traçados até ao momento, estes gráficos ajudam a relativizar outros. Mais especificamente, o diferencial na propensão dos jovens portugueses para estabelecerem contactos com políticos ou — especialmente — assinarem petições em comparação com a média europeia caracterizou uma parte, mas não a totalidade, das últimas duas décadas. Nos últimos anos, esse diferencial desapareceu. É também visível que a participação em manifestações oscilou consideravelmente ao longo do período sob análise, o que sugere alguma sensibilidade aos ciclos políticos (Accornero & Ramos Pinto, 2015).

### 3. A idade como fator explicativo da participação política

Quando observamos a existência de uma relação entre a idade dos indivíduos e um comportamento como a participação política, temos de considerar a possibilidade de que essa correlação possa ser, no todo ou em parte, espúria. Por exemplo, se verificarmos — como sucedeu — que os mais jovens têm maior propensão para participarem em manifestações do que os mais velhos, mas também que os mais jovens têm níveis de instrução médios superiores aos mais velhos, deixa de ser evidente se a idade é um fator determinante. Na medida em que os indivíduos com maiores recursos educacionais tenham maior propensão para participar em manifestações, para determinarmos com maior segurança a relação entre a idade e essa participação precisamos de perceber se ela se mantém, independentemente dos níveis de instrução dos indivíduos. O mesmo tipo de questão surge, por exemplo, quando pensamos em fatores com o rendimento, a situação conjugal ou o posicionamento ideológico, por exemplo, que podem *confundir* a relação entre a idade e participação.

Uma maneira de lidar com este problema consiste em proceder a uma análise multivariada, nomeadamente uma análise de regressão, em que a relação entre a idade e uma variável dependente de interesse pode ser estimada *controlando* o efeito de outras variáveis incluídas como regressores. Nesta secção, procedemos a este tipo de análise, estimando o seguinte tipo de modelos:

$$\log \pi/(1-\pi) = \alpha + \beta_1 \text{Sexo} + \beta_2 \text{Rendimento} + \beta_3 \text{Parceiro} + s_1(\text{Idade}) \\ + s_2(\text{Anos de instrução}) + s_3(\text{Ideologia}) + s_4(\text{Ano de inquirição}) + \varepsilon$$

Trata-se, neste caso, de um modelo generalizado aditivo de regressão logística. É “logística”, dado que as variáveis dependentes são dicotómicas, ou seja, neste caso, se recorreu ou não a cada uma das formas de participação política no último ano. Mas é também um GAM — modelo “generalizado aditivo” (Hastie and Tibshirani, 1990) — originalmente desenvolvido na investigação clínica. Estes modelos permitem a estimação de termos “amaciados” em vez de paramétricos para as nossas variáveis de interesse, através da estimação dos coeficientes de uma série de funções-base que, adicionadas, podem refletir uma relação que não seja meramente linear. Por outras palavras, a relação entre, por um lado, a idade (e outras variáveis) e a participação pode ser estimada sem que se imponha a pressuposição de que essa relação é linear. Aqui, em particular, usamos esta abordagem para a idade do inquirido, mas também

para o número de anos de instrução, o posicionamento ideológico (numa escala de 0, esquerda, a 10, direita) e o ano em que o inquérito foi conduzido. O seu efeito na participação é estimado através de um processo iterativo que nos permite determinar a relação entre cada uma dessas variáveis e a participação, maximizando o ajustamento aos dados e continuando a controlar o efeito de umas e outras.

Nesta secção, são utilizados todos os dados obtidos em Portugal em todas as nove vagas do ESS conduzidas até 2019. De seguida, analisamos cada um dos seis modos de participação que temos tratado até ao momento.

### 3.1. A participação eleitoral

Ao longo das últimas duas décadas de inquéritos ESS, qual a relação entre a idade dos inquiridos no momento em que o inquérito foi realizado e a sua propensão para responderem que tinham votado nas últimas eleições, mantendo constante — controlando — o efeito da sua instrução, do seu rendimento,<sup>2</sup> de o inquirido viver ou não com um(a) parceiro(a), do seu posicionamento ideológico ou até do ano em que o inquérito foi realizado? A Figura 14, no quadrante superior esquerdo, responde a essa questão: a idade é uma das variáveis com maior peso explicativo da propensão para votar, mesmo controlando o efeito das restantes variáveis. A probabilidade prevista de um jovem de 18 anos reportar que votou na última eleição ronda os 30%, ao passo que a mesma probabilidade para um adulto com idade próxima dos 70 anos ronda os 80%. O gráfico revela também a utilidade de admitir que a relação entre a idade e a propensão para votar possa não ser linear: a partir dos 70 anos, a propensão para votar, em vez de aumentar, começa a diminuir, apesar de esse declínio ser relativamente suave e de os mais velhos permanecerem com taxas de participação muito mais elevadas do que os mais jovens.

---

<sup>2</sup> A variável “rendimento” baseia-se na questão “Qual das seguintes descrições se aproxima mais do que sente relativamente ao rendimento atual das pessoas que vivem nesta casa?”, com as opções de resposta “O rendimento atual permite viver confortavelmente”, “O rendimento atual dá para viver”, “É difícil viver com o rendimento atual” e “É muito difícil viver com o rendimento atual”. A opção por esta variável subjetiva decorre do facto de um grande número de inquiridos recusar responder à questão sobre o montante concreto de rendimento do agregado, o que causa a perda de um grande número de observações.

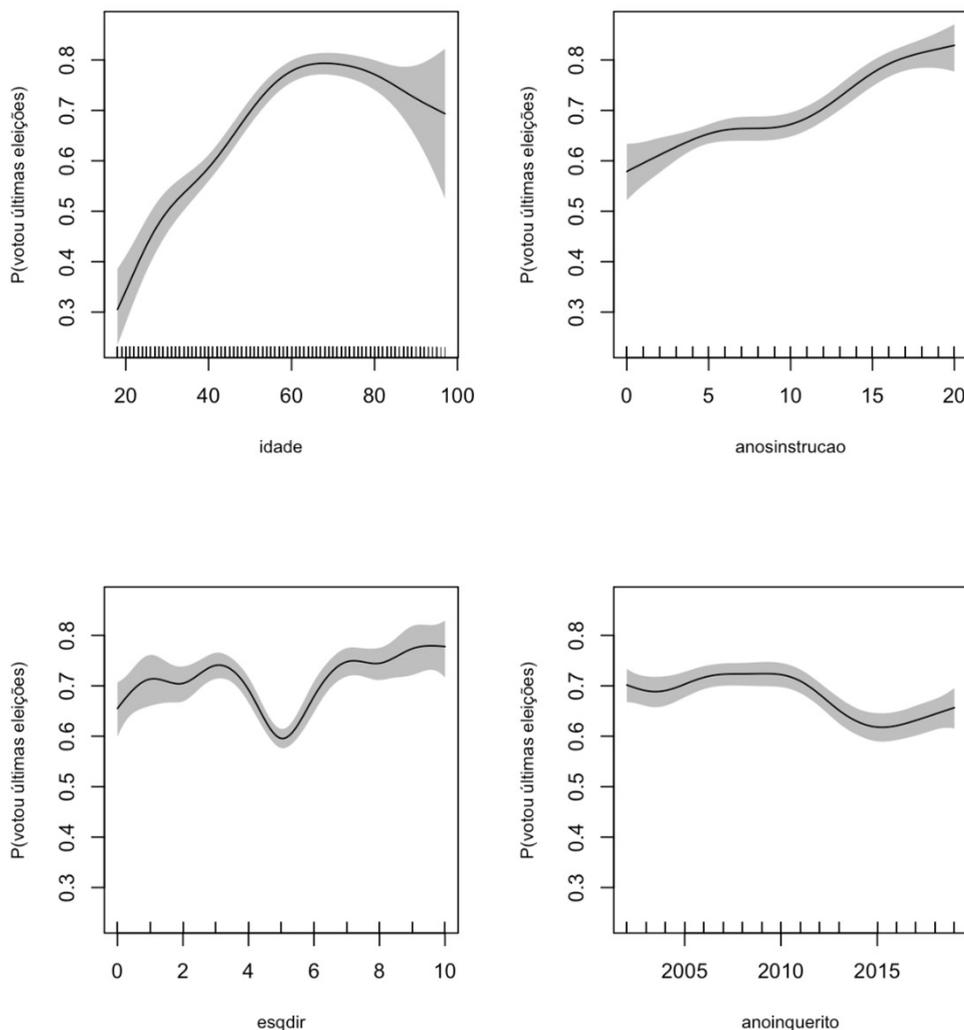


Figura 14. Relação entre idade, anos de escolaridade, posicionamento esquerda-direita e ano de realização do inquérito com o voto nas últimas eleições. (2002-2019)

Notas: Estimativas de modelo aditivo generalizado, com controlos para sexo, “vive com parceiro” e grau de conforto com o rendimento atual. Dados dos inquéritos European Social Survey em Portugal, vagas 1 a 9.

Outro aspeto interessante dos resultados tem a ver com o efeito do número de anos de instrução (quadrante superior direito): quanto maior for esse número, independentemente de outros fatores, maior será a propensão para votar, apesar de essa relação não ser tão forte como a que detetaremos para outras formas de participação. A relação entre o autoposicionamento ideológico e o voto (no quadrante inferior esquerdo) volta a revelar a utilidade dos GAM: a relação entre ideologia e participação não é linear, dado que os inquiridos nas posições centrais da escala esquerda-direita (especialmente os que se posicionam na posição central, 5) têm uma menor propensão para votar que os restantes, sendo também visível uma tendência para que quem se posiciona à esquerda tenda a participar eleitoralmente algo menos do que quem se posiciona à direita.

Finalmente, os dados revelam uma queda da participação eleitoral em Portugal na última década em comparação com a anterior (quadrante inferior direito). Contudo, essa queda terá sido generalizada? Mais concretamente: a diminuição da participação eleitoral dos portugueses foi mais forte em algumas idades do que noutras? Para responder a esta questão, testámos se a relação entre a idade do inquirido e a propensão para ter votado na eleição anterior variou de acordo com o ano em que o inquérito foi realizado. Por outras palavras, se existe um efeito de interação não-linear entre a idade do inquirido e o ano do inquérito, recorrendo novamente a um GAM.

Na Figura 15, a propensão para votar é estimada como resultado da combinação entre a idade do inquirido e o ano em que o inquérito foi conduzido. A escala de cores vai de verde para branco, dos valores de participação mais baixos para os mais altos. É fácil ver que a menor propensão dos mais jovens (à esquerda no eixo horizontal) para votarem se manteve inalterada ao longo do tempo (ao longo do eixo vertical), quando tomamos em conta outros fatores que explicam a participação eleitoral. A modificação importante dá-se no grupo entre os 60 e os 80 anos: este escalão tinha os valores mais altos de participação eleitoral até ao fim da primeira década do século, mas a sua participação deste grupo etário diminuiu desde essa altura.

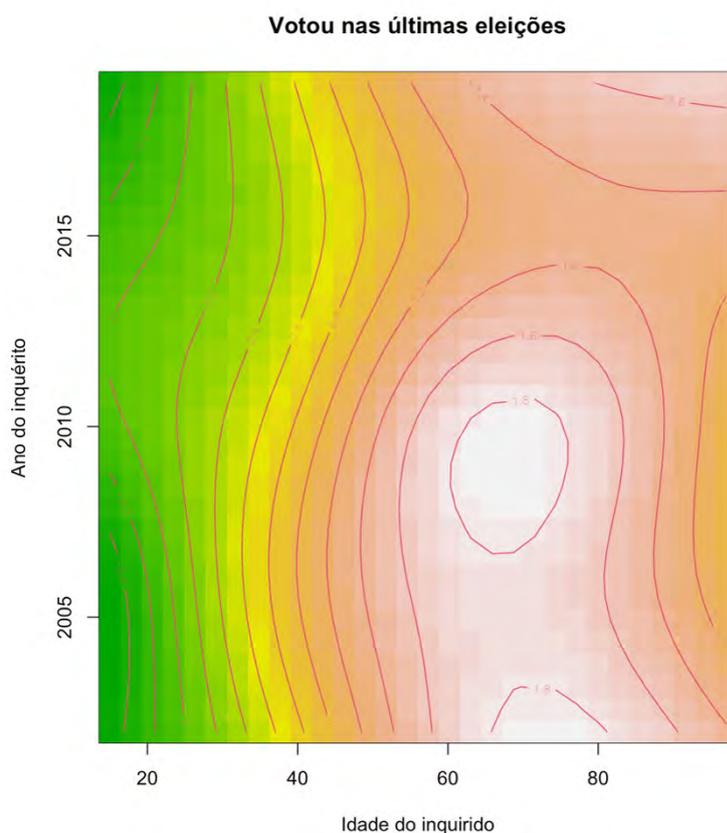


Figura 15. Interação entre idade e ano do inquérito na explicação da probabilidade de ter votado nas últimas eleições

Notas: Estimativas de modelo aditivo generalizado, com controlos para sexo, “vive com parceiro”, instrução, posicionamento-esquerda direita e grau de conforto com o rendimento atual.

Em suma, a idade é um dos mais poderosos fatores explicativos da participação eleitoral em Portugal, mesmo quando controlamos o efeito de outras variáveis potencialmente relevantes. Contudo, a diminuição dessa participação na última década em Portugal não ocorreu entre os mais jovens, mas sim entre o grupo etário que demonstrava, na década anterior, uma maior predisposição para o voto, o dos indivíduos entre os 60 e os 80 anos de idade.

### 3.2. Os contactos com políticos

A Figura 16 mostra os resultados para uma análise congénere da anterior, mas desta vez para a propensão para contactar políticos ou representantes locais ou nacionais. Ao contrário do que sucede com a participação eleitoral, a instrução é a variável mais fortemente relacionada com a propensão para recorrer a esta forma de participação. Contudo, a idade não é irrelevante, ela tem uma relação quase perfeitamente curvilínea com o contacto com políticos: baixa entre os mais jovens e entre os mais velhos, atingindo o seu máximo por volta dos 55 anos.

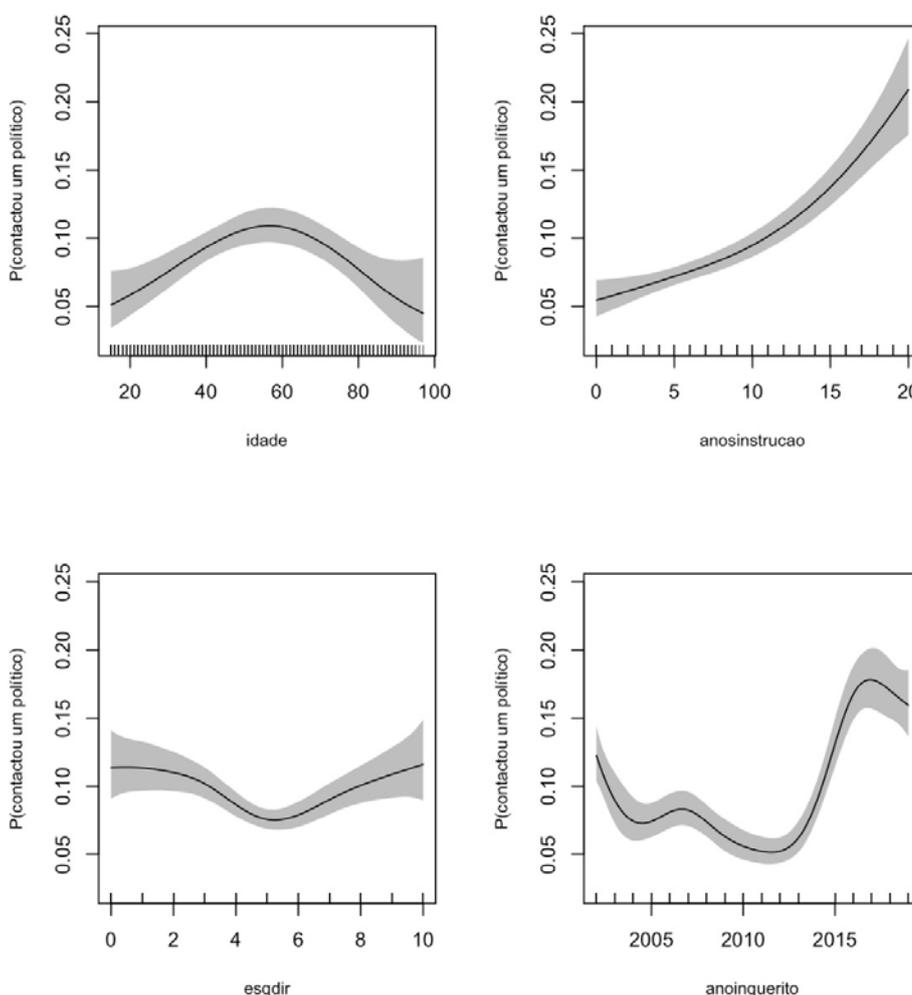


Figura 16. Relação entre idade, anos de escolaridade, posicionamento esquerda-direita e ano de realização do inquérito com o contacto com políticos ou representantes locais ou nacionais

Notas: Estimativas de modelo aditivo generalizado, com controlos para sexo, "vive com parceiro" e grau de conforto com o rendimento atual.

Tal como sucedia no que toca à participação eleitoral, os resultados mostram também que a propensão para este tipo de participação é mais baixa nos indivíduos que se posicionam ao centro. Contudo, em claro contraste com o voto, a frequência com que os inquiridos estabelecem contactos com políticos, depois de ter atingido valores mínimos a meio do período sob análise, parece ter aumentado drasticamente desde então, ultrapassando significativamente os valores iniciais.

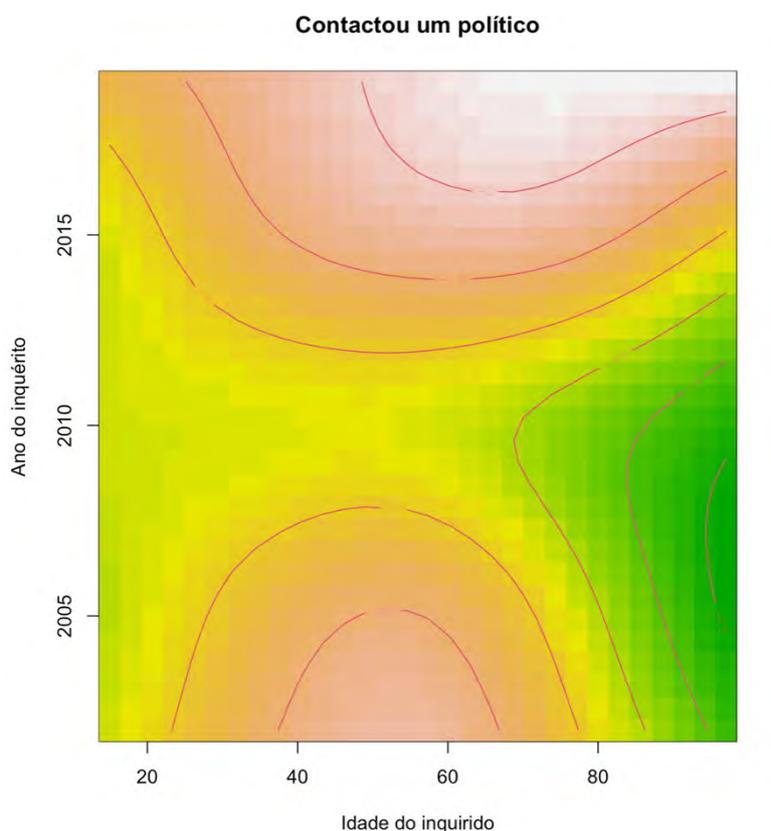


Figura 17. Interação entre idade e ano do inquérito na explicação da probabilidade de ter contactado com políticos ou representantes locais ou nacionais

Notas: Estimativas de modelo aditivo generalizado, com controlos para sexo, “vive com parceiro”, instrução, posicionamento-esquerda direita e grau de conforto com o rendimento atual.

Como se mostra na Figura 17, depois de observarmos valores mínimos do recurso a contactos com políticos por volta da viragem da primeira década do século — o “vale” horizontal no gráfico visível por volta de 2010 —, voltámos a observar um aumento desde então. Esse aumento foi mais pronunciado para os cidadãos com mais de 50 anos, mas ocorreu em todas as idades.

### 3.3. Trabalho para partidos ou movimentos cívicos

Como já vimos anteriormente, a proporção de inquiridos que declara ter trabalhado para partidos ou movimentos cívicos é muito baixa, em Portugal e nos restantes países

européus. Os resultados apresentados na Figura 18 mostram que a variável mais influente é, uma vez mais, a instrução: de um extremo ao outro da distribuição do número de anos de instrução, a probabilidade de participar politicamente desta forma passa de menos de 1% para cerca de 8% (quadrante superior direito). Pelo contrário, não há diferenças significativas entre jovens e adultos, seja qual for a sua idade, no que toca à propensão para este tipo de atividade (quadrante superior esquerdo). Repete-se o padrão anterior de maior inércia política dos eleitores que se posicionam nas posições centrais da escala esquerda-direita (quadrante inferior esquerdo).

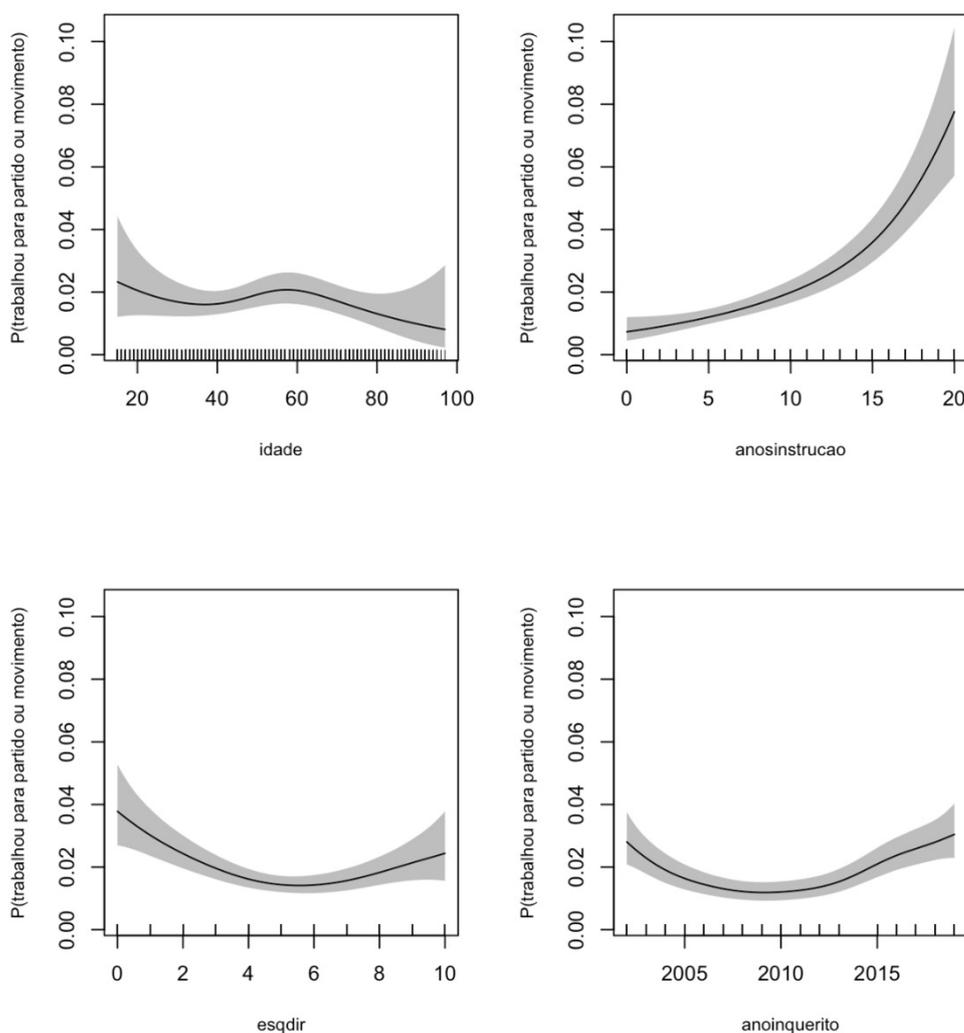


Figura 18. Relação entre idade, anos de escolaridade, posicionamento esquerda-direita e ano de realização do inquérito com o trabalho para um partido político ou movimento cívico

Notas: Estimativas de modelo aditivo generalizado, com controlos para sexo, “vive com parceiro” e grau de conforto com o rendimento atual.

Finalmente, depois de uma ligeira diminuição até ao final de primeira década do século, a propensão dos portugueses para trabalharem em partidos ou movimentos cívicos aumentou também ligeiramente desde então. Contudo, falamos sempre de valores extremamente baixos, em comparação com outros modos de participação política.

### 3.4. Boicote a produtos

Vimos também na secção anterior como o boicote à aquisição de produtos não faz parte do repertório de participação política dos portugueses, ao contrário do que sucede noutros países europeus. Em Portugal, apenas os mais instruídos parecem recorrer a esse tipo de participação de forma relevante, como se vê no quadrante superior direito da Figura 19. A propensão dos inquiridos para boicotarem produtos por este tipo de razões é também um pouco maior à esquerda do que à direita e tem aumentado, mesmo que ligeiramente, ao longo do tempo (quadrante inferior direito). Já a idade é muito pouco relevante para explicar a propensão para recorrer a este modo de participação.

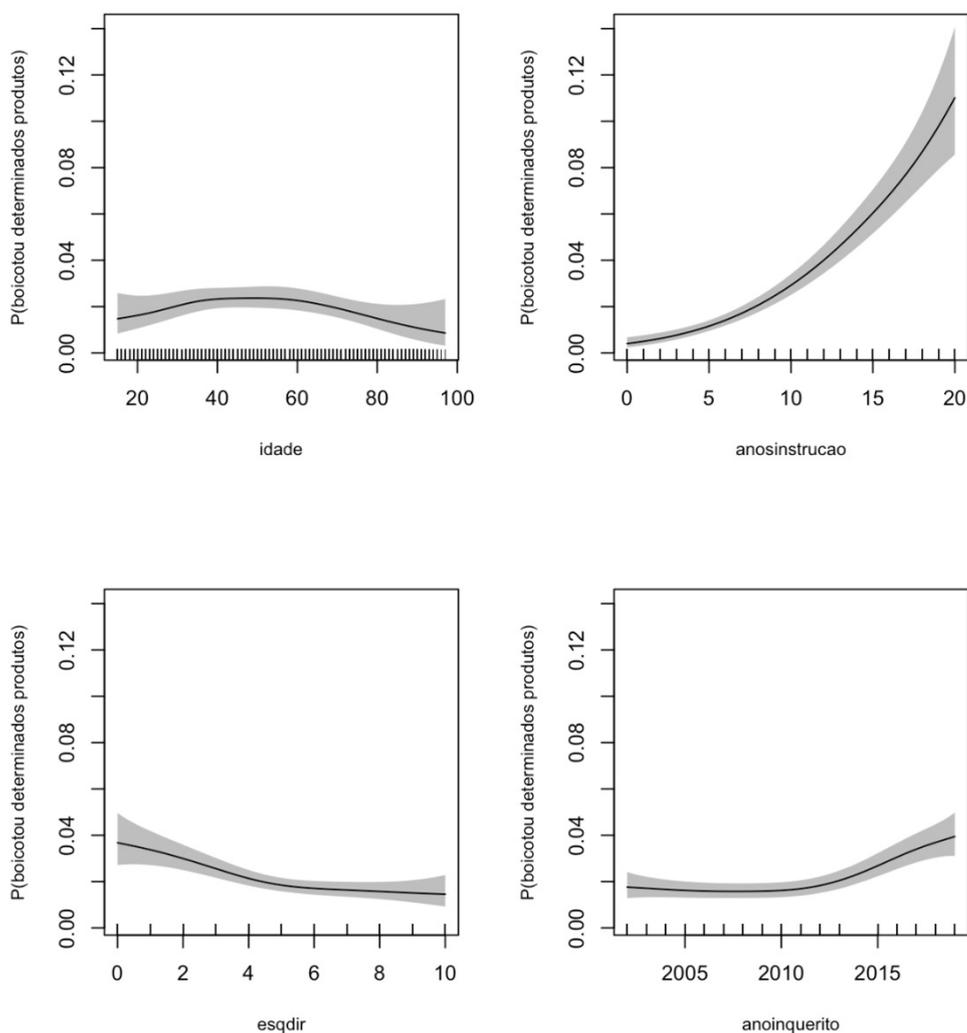


Figura 19. Relação entre idade, anos de escolaridade, posicionamento esquerda-direita e ano de realização do inquérito com o boicote de determinados produtos

Notas: Estimativas de modelo aditivo generalizado, com controlos para sexo, “vive com parceiro” e grau de conforto com o rendimento atual.

### 3.5. Assinar petições

Os portugueses, em geral, têm uma menor propensão para a assinatura de petições como forma de participação do que a maior parte dos cidadãos europeus nos 15 países sobre os quais temos dados, como vimos. Contudo, não se trata se uma especificidade dos jovens. Pelo contrário, a propensão para recorrer a esta forma de participação é semelhante até cerca dos 60 anos de idade, começando a diminuir a partir daí (quadrante superior esquerdo). Tal como sucede com todas as formas de participação que analisámos até agora — com a exceção do voto —, a instrução é, de longe, o fator mais determinante. E, tal como sucede com o trabalho político ou o boicote a produtos, os indivíduos que se posicionam à esquerda tendem a participar mais desta forma que os que se posicionam à direita.

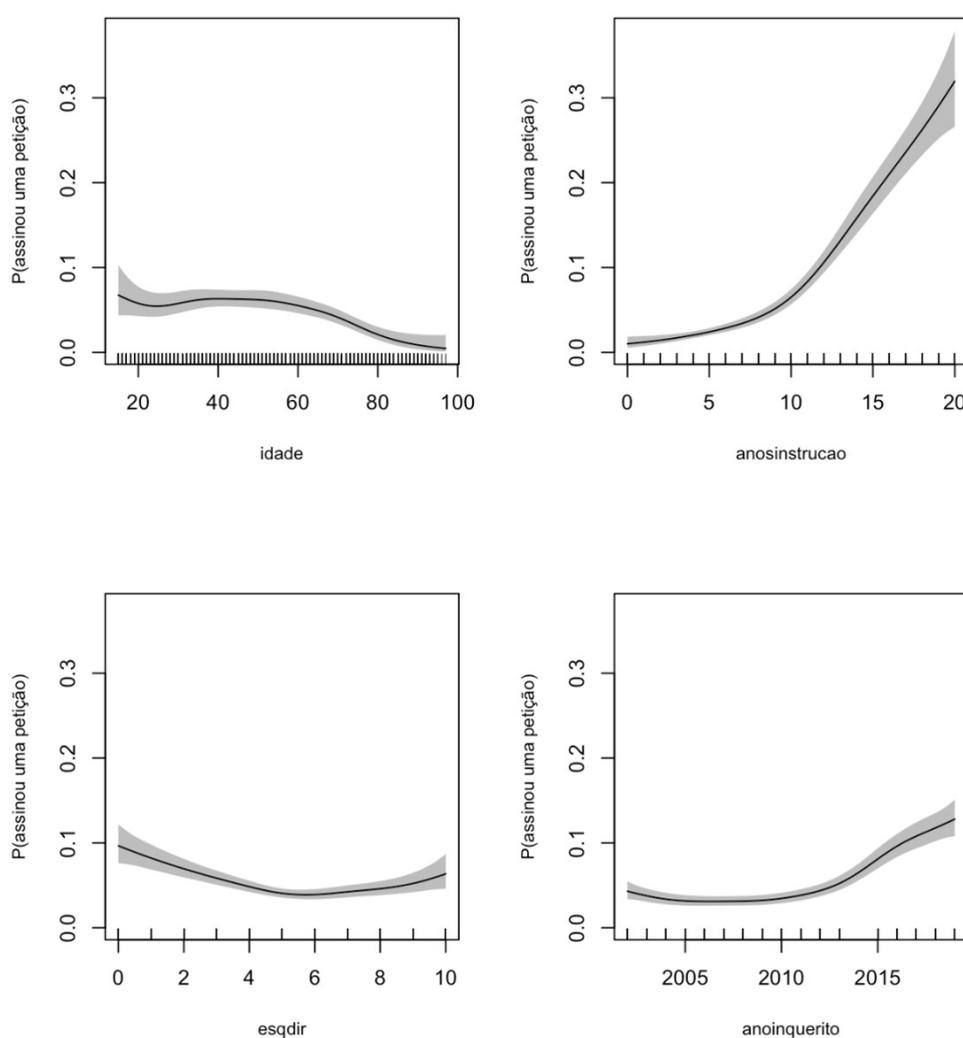


Figura 20. Relação entre idade, anos de escolaridade, posicionamento esquerda-direita e ano de realização do inquérito com a assinatura de petições

Notas: Estimativas de modelo aditivo generalizado, com controlos para sexo, “vive com parceiro” e grau de conforto com o rendimento atual.

O último aspeto assinalável é que, tal como sucede com todas as formas de participação analisadas até ao momento — com a exceção, uma vez mais, do voto —, deteta-se uma tendência de aumento ao longo da segunda década deste século. Os jovens desempenham um papel importante neste aumento, como podemos ver na Figura 21. No início do período, os jovens têm uma menor propensão para assinar petições que os inquiridos com idades entre os 40 e os 60 anos. Contudo, no final do período, é no grupo que vai até aos 40 anos que encontramos as probabilidades mais altas de recorrer a esta forma de participação.

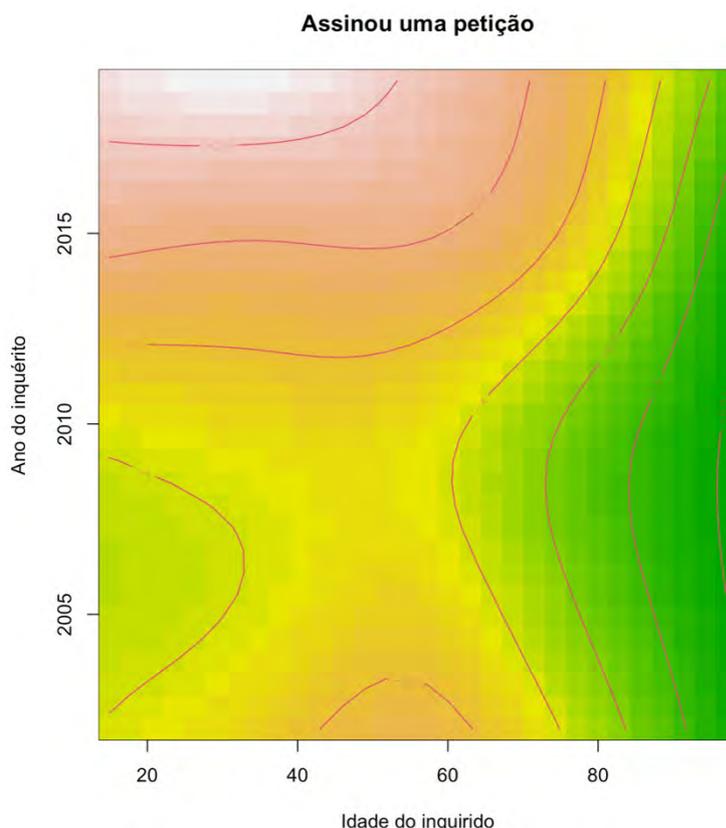


Figura 21. Interação entre idade e ano do inquérito na explicação da probabilidade de ter assinado uma petição

Notas: Estimativas de modelo aditivo generalizado, com controlos para sexo, “vive com parceiro”, instrução, posicionamento-esquerda direita e grau de conforto com o rendimento atual.

### 3.6. Participar numa manifestação

Os resultados apresentados anteriormente apontavam para que a participação em manifestações fosse menos frequente em Portugal entre os jovens do que na média europeia. Contudo, uma vez mais, não se trata de uma particularidade dos jovens portugueses. Pelo contrário: como vemos na Figura 22, no quadrante superior esquerdo, o recurso a este tipo de participação não distingue negativamente os mais jovens em comparação com a maior parte dos restantes cidadãos. Pelo contrário, é a partir dos 60 anos que se assiste a uma redução significativa da participação em manifestações.

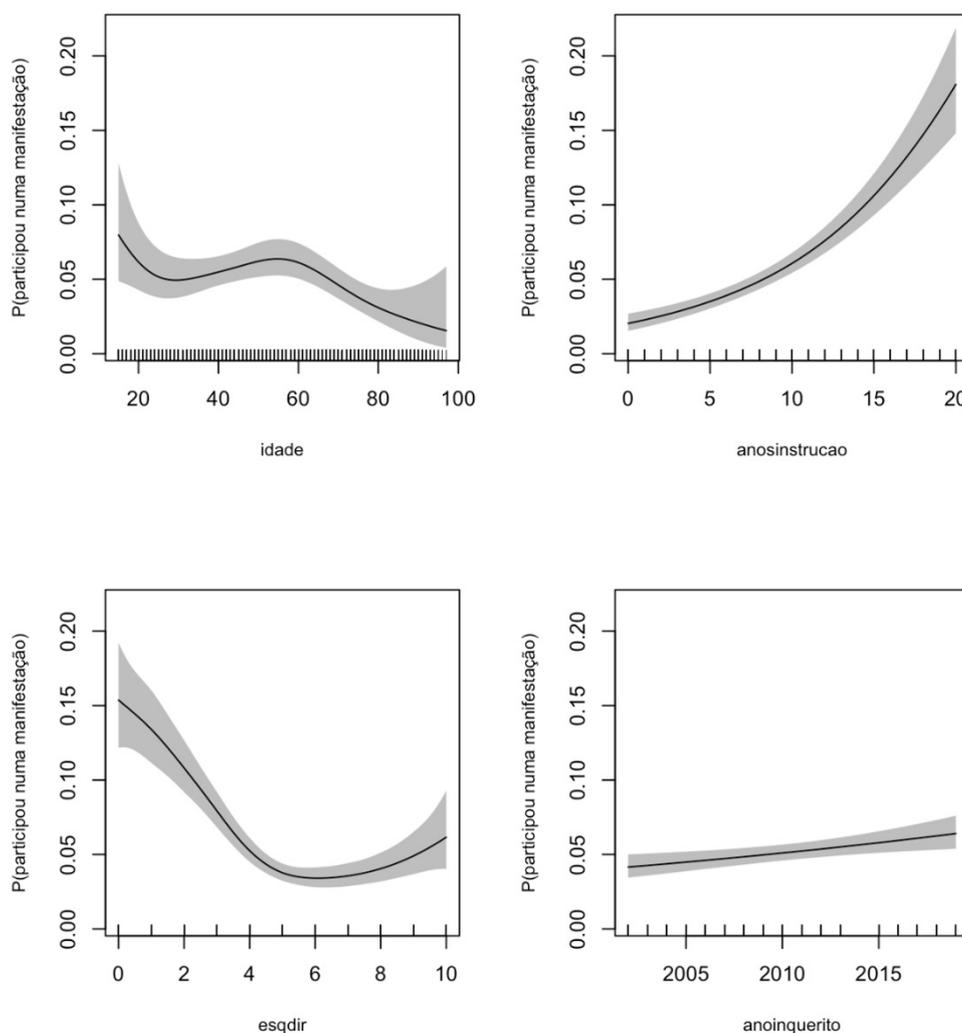


Figura 22. Relação entre idade, anos de escolaridade, posicionamento esquerda-direita e ano de realização do inquérito com a participação em manifestações

Notas: Estimativas de modelo aditivo generalizado, com controles para sexo, “vive com parceiro” e grau de conforto com o rendimento atual.

Esta participação tem aumentado ao longo do tempo, mas de forma mais lenta e linear do que nas formas que discutimos até ao momento. Finalmente, para além da recorrente importância da instrução, mais uma vez aqui comprovada, este é o tipo de participação que exhibe maior assimetria ideológica das seis analisadas: a propensão dos inquiridos de esquerda (especialmente na extrema-esquerda) para se manifestarem é muito superior à dos inquiridos de direita (quadrante inferior esquerdo).

A Figura 23 ajuda a compreender como o posicionamento ideológico é determinante deste ponto de vista, mostrando os resultados da interação entre a idade e esse posicionamento. Entre os inquiridos que se posicionam à direita, a participação em manifestações parece reservada para os indivíduos situados em posições mais extremas e, praticamente, desaparece após os 60 anos. À esquerda, contudo, a participação mais frequente alarga-se ao centro-esquerda. Entre os mais moderados, começa a diminuir a partir dos 55-60 anos, mas permanece comparativamente forte ao longo do ciclo de vida entre os que têm posições mais extremas.

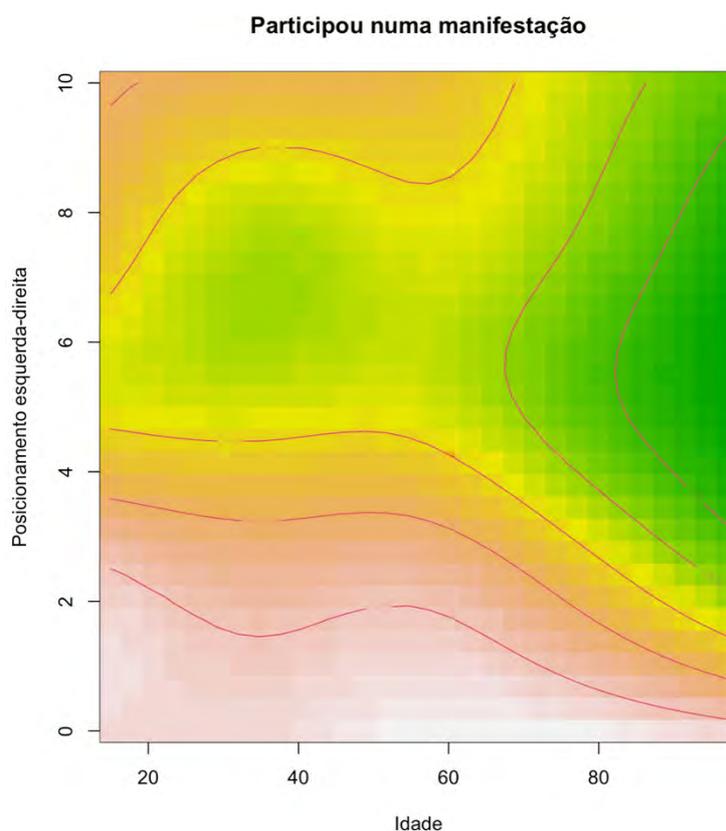


Figura 23. Interação entre idade e posicionamento esquerda-direita na explicação da probabilidade de ter participado numa manifestação

Notas: Estimativas de modelo aditivo generalizado, com controlos para sexo, “vive com parceiro”, instrução, ano do inquérito e grau de conforto com o rendimento atual.

#### 4. Notas conclusivas

Chegados a este ponto, podemos retomar as questões colocadas no início:

1. *Os jovens portugueses têm participado politicamente mais ou menos que os jovens de outros países situados na nossa área geocultural?*

Em geral, *têm participado menos*. Tomando como ponto de referência as médias ponderadas pela dimensão populacional dos 15 países europeus sobre os quais temos informação completa e comparável — Alemanha, Bélgica, Eslovénia, Espanha, Finlândia, França, Hungria, Irlanda, Noruega, Países Baixos, Polónia, Reino Unido, Suécia, Suíça e Portugal —, há menos portugueses entre os 15 (18 para o voto) e os 24 anos a participarem politicamente, na comparação com os seus congéneres europeus. Especialmente no que diz respeito ao voto e às três formas de participação “não-convencional” que abordamos aqui — boicotes a produtos, assinatura de petições e manifestações —, os jovens portugueses têm sido, em geral, menos participativos, aparecendo, nestes casos, mais próximos dos jovens de países do Leste da Europa do que dos restantes. Dito isto, há dois aspetos em que este diagnóstico pode ser mitigado.

Por um lado, há modos de participação onde a diferença entre os resultados portugueses e a média europeia é muito reduzida, especialmente no que toca a duas formas “convencionais”: o contacto com políticos e o trabalho em partidos ou movimentos cívicos. Por outro lado, há uma forma de participação em que os valores para os jovens portugueses convergiram totalmente com a média europeia nos últimos anos: a assinatura de petições.

*2. Como se compara a participação política dos jovens portugueses com a dos seus concidadãos mais velhos?*

A resposta a esta pergunta depende do tipo de participação política de que falamos. No que diz respeito ao voto, a participação dos jovens entre os 18 e os 24 anos é muito inferior à participação dos escalões etários seguintes, e a idade é um dos fatores com maior impacto na propensão para votar. Noutras formas de participação, as diferenças são muito menos acentuadas, num ou noutro sentido. Em geral, os resultados evidenciam os comparativamente mais baixos níveis de participação da população portuguesa em geral na comparação com a média europeia, independentemente das idades. Finalmente, ao passo que o voto é uma forma de participação a que a maioria dos adultos recorre, não há nenhuma forma de participação a que a maioria dos jovens recorra. Importa recordar, contudo, que os dados do ESS que analisámos, e que estão disponíveis para a totalidade do período sob análise, não cobrem todas as formas possíveis de participação cívica e política. Nos restantes relatórios que compõem este estudo, nomeadamente os que utilizam um inquérito realizado em 2020 e os que abordam a atividade *online* de coletivos ativistas, será possível analisar até que ponto os jovens portugueses utilizam repertórios mais variados de envolvimento político.

*3. E como tem evoluído a participação política dos jovens ao longo do tempo?*

Há sinais claros de aumento da participação política em Portugal, particularmente na segunda década do século. Esse aumento foi especialmente pronunciado no que toca ao estabelecimento de contactos com agentes políticos e na assinatura de petições, mas ocorreu também, de forma menos acentuada, com todas as formas de participação política, com uma única exceção: o voto. O papel dos jovens nestas tendências tem uma particularidade: o aumento da propensão para assinar petições não ocorreu especialmente entre o que têm idades inferiores a 40 anos, incluindo assim os mais jovens. Nas restantes formas de participação sob análise, a participação dos mais jovens manteve-se ou relativamente estável, ou seguiu as mesmas tendências da restante população.

## Referências

- Accornero, G. e Ramos Pinto, P. (2015), "Mild mannered"? Protest and mobilisation in Portugal under austerity, 2010–2013", *West European Politics*, 38(3), 491-515.
- Barnes, S.H. e Kaase, M. (orgs.) (1979), *Political action: Mass participation in five Western democracies*, Beverly Hills, CA: Sage
- Dalton, R. J. (1988), *Citizen Politics in Western Democracies: Public Opinion and Political Parties in the United States, Great Britain, West Germany, and France*, Chatham, NJ, Chatham House Publishers.
- Ekman, J. e Amnå, E. (2012), *Political participation and civic engagement: Towards a new typology*, *Human Affairs*, 22(3), 283-300.
- European Social Survey Cumulative File, ESS 1-9 (2020). Data file edition 1.0. NSD - Norwegian Centre for Research Data, Norway - Data Archive and distributor of ESS data for ESS ERIC. doi:10.21338/NSD-ESS-CUMULATIVE.
- Fernandes-Jesus, M., Malafaia, C., Ribeiro, N. e Menezes, I. (2015), *Participation among youth, women, and migrants: Findings from Portugal*. In M. Barrett e B. Zani (orgs.), *Political and civic engagement: Multidisciplinary perspectives*, Hove, Routledge/Taylor e Francis Group, pp. 311-333.
- Ferreira, V., Lobo, M. C., Rowland, J. e Sanches, E. (2017), *Geração milénio?: um retrato social e político*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Hastie, T. J. e Tibshirani, R. J. (1990), *Generalized Additive Models*. Boca Raton, FL, Chapman & Hall/CRC Press.
- Inglehart, R. e Catterberg, G. (2002), *Trends in political action: The developmental trend and the post-honeymoon decline*, *international Journal of comparative Sociology*, 43(3-5), 300-316.
- Magalhães, P. e Moral, J. S. (2008), *Os jovens e a política*. Lisboa, Centro de Sondagens e Estudos de Opinião da Universidade Católica Portuguesa.
- Sloam, J. (2016), *Diversity and voice: The political participation of young people in the European Union*. *The British Journal of Politics and International Relations*, 18(3), 521-537.
- Teorell, J., Torcal, M. e Montero, J. R. (2007), *Political participation: Mapping the terrain*. In Van Deth, J. W., Montero, J. R. e Westholm, A. (orgs.), *Citizenship and Involvement in European Democracies: A Comparative Analysis*, Milton Park, Routledge, pp. 334-357.
- Theocharis, Y. e Van Deth, J. W. (2018), *The continuous expansion of citizen participation: a new taxonomy*, *European Political Science Review*, 10(1), 139-163.

